

DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA

Lays da Silva Ramalho*

Cada ser humano tem sua história particular, formada pela sua estrutura biológica, social e cultural. A cultura é uma das marcas da sociedade, que se constitui pelo conjunto de regras, ideias, valores, que é transmitido de geração em geração, que se reproduz em cada indivíduo, e gera então um modo peculiar de viver a vida. Não há sociedade desprovida de cultura, cada uma tem suas singularidades.

A escola faz parte dessa sociedade e é um local formado por uma população com diversos grupos diferentes, cada um com seus costumes e crenças, e que convivem lado a lado todos os dias, onde o cenário da diversidade se acentua e se desenvolve cada dia mais.

A escola desde antigamente ajudou na homogeneização dos indivíduos, por isso as relações de poder estão totalmente ligadas a essa prática, com objetivo de fazer com que todos pensem e ajam da mesma forma; assim fica mais fácil liderar a população. Frente a isso, visando questionar esse papel homogeneizador da escola, esse artigo tem como objetivo discutir o papel da escola frente à diversidade cultural, fazendo uma análise teórica com autores clássicos como Candau e Morerira, entre outros, para dar base a essa discussão. Posteriormente, propondo uma nova abordagem para o mesmo nas salas de aula, com foco no respeito e na valorização do outro.

Apesar de todas as críticas a esse modelo normatizador e homogeneizador da instituição de ensino, ninguém discorda que a educação escolar tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural, onde caibam todos e todas, onde todas as culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. Nessa perspectiva, o que se critica aqui não é a escola, mas a forma como tradicionalmente nós a entendemos. (ANDRADE, 2009, p. 42)

*Graduada em Pedagogia pela UERJ e Estudante de Pós-Graduação em Processos Educativos da Escola pela UERJ.

A diversidade cultural sempre existiu e sempre vai existir na sociedade, e consequentemente nas escolas o que vai mudando ao longo do tempo é a necessidade da abertura das salas de aula para as diferenças entre alunos e famílias, incluindo e valorizando as mesmas no seu processo educativo, promovendo assim a identidade cultural de cada ser humano.

As salas de aula precisam estar abertas e dispostas a quebrar os paradigmas de superioridade ou de inferioridade de algum grupo sobre o outro. Ensinando aos alunos a respeitar essas diferenças, mas não somente para o aluno ser tolerante com outra cultura, ele precisa entender que todos têm os mesmos direitos e que são iguais, cada grupo tem sua cultura, e isso não significa que a cultura de um grupo é melhor do que a de outro.

Diversidade, diferenças e desigualdades: esclarecendo conceitos

A diversidade cultural se faz presente na sociedade, sendo que cada grupo, cada povo, tem suas peculiaridades, e expressam das formas mais variadas os seus valores culturais. Esses grupos, em diferentes épocas e lugares, se comportam de maneiras distintas e compartilham de uma mesma cultura, atribuindo significados diferentes a objetos e atitudes.

No Brasil temos uma riqueza cultural extraordinária, estando longe de ser o lugar da homogeneidade cultural; por exemplo, todos falam a mesma língua, porém, com sotaques diferentes, dependendo da cidade em que se vive. Isso marca o encontro de diferentes grupos, que veem a vida de maneira diferente, a partir de suas particularidades, mas que podem perfeitamente conviver em harmonia.

Nesse contexto, nos encontramos frente a uma revolução cultural, os meios de circulação e produção se ampliam cada vez com o avanço significativo da tecnologia e da Internet, sendo que, para Moreira e Candau (2003),

As transformações culturais desenvolvem-se também de forma bastante aguda no nível do microcosmo. A expressão “centralidade da cultura”, tal como empregada por Hall (1997), refere-se exatamente à forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, construtivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 159)

Nossa sociedade está historicamente organizada sobre a desigualdade, os bens, o direito, e o poder estão distribuídos de forma desigual, entre os diferentes grupos sociais. Segundo a linha de raciocínio do multiculturalismo, para que a igualdade possa ser um adjetivo da sociedade, se faz necessária a redistribuição e o reconhecimento dos grupos mais afetados, como por exemplo, as mulheres, os negros, os deficientes, etc. A grande questão levantada é de como

tratar igualmente indivíduos e grupos que possuem acesso muito desiguais aos bens, serviços e espaços de poder? Dar a grupos profundamente desiguais uma suposta igualdade de tratamento parece não ter dado muito efeito, visto que até hoje perduram entre nós uma desigualdade de fato, apesar da igualdade no discurso ser uma retórica secular. O que se defende no multiculturalismo é que, numa sociedade desigual, é preciso tratar com distinção – ou com diferença – aqueles que estão em situação de desvantagem social, para que possam de fato alcançar um patamar mais igualitário em relação aos outros grupos. Até porque, as desvantagens sociais foram historicamente desconstruídas... Redistribuir bens, serviços e poder a fim de desconstruir vantagens sociais injustas, construídas historicamente a favor do grupo dominante e contra os supostamente inferiores, os diferentes. (ANDRADE, 2009, p. 27)

Diante dessa realidade, a escola pode ajudar a reduzir ou excluir de vez esses grupos, dando a alguns o direito ao acesso aos mecanismos de poder e negligenciando outros grupos, sendo possível auxiliar no ensinamento de que devemos respeitar os diferentes, ou pode também uniformizar os diferentes, com objetivo de homogeneizar todos. Ou seja, nesses ambientes é que a diversidade pode ser, ou respeitada, ou negada. Para Carrara:

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual a sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação. (CARRARA, 2009, p. 27)

Na concepção de Candau (1998), “a cultura escolar predominante nas nossas escolas se revela como ‘engessada’, pouco permeável ao contexto em que se insere aos universos culturais das crianças e jovens a que se dirige e a multiculturalidade das nossas sociedades”. Historicamente, o contexto escolar criou uma cultura escolar padronizada, que enfatiza o

processo de transferência de conhecimento, voltada para os brancos de classe média, considerados como uma cultura universal – com isso a dificuldade de quebrar esses paradigmas se torna uma tarefa cada vez mais difícil. Um dos maiores desafios da escola na atualidade é dar suporte para formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade, sendo essa uma tarefa muito complexa, pois exige por parte da escola uma doação por completo, tanto dos professores, quanto da comunidade e dos membros atuantes na escola. É de extrema relevância a abordagem da diversidade cultural no âmbito escolar, pois é necessário desenvolver um ensino que procure atender a diversidade cultural de sua clientela. Estimular as diferenças e dar significados a elas, para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens – pois elas fazem parte de um processo social e cultural da nossa sociedade, e não são somente para explicar que homens e mulheres negros e brancos se distinguem entre si. Ou seja, seu papel também é entender que, ao longo de um processo histórico, diferenças foram produzidas e usadas como critérios de inclusão e exclusão.

Repensando as práticas escolares

Diante do cenário escolar atual, percebemos a necessidade de repensar as práticas escolares, para melhor atender essas problemáticas que permeiam os muros das escolas, pensando nas possibilidades de mudanças; dessa forma, sugerimos algumas providências que podem ser tomadas para a valorização da diversidade cultural nas escolas, tendo como base diferentes autores que discutem o tema. Percebemos a necessidade de essas abordagens serem trabalhadas em salas de aula, partindo das séries iniciais, para que as crianças desde a infância se familiarizem com a temática, evitando assim possíveis estranhamentos. Por exemplo, se a criança desde pequena entender que o Brasil é um país enorme, e que em determinadas cidades as pessoas falam com sotaques

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual a sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação. (CARRARA, 2009, p. 27)

...a reação diante da alteridade faz parte da própria natureza das sociedades. Em diferentes épocas, sociedades particulares regiram de

formas específicas diante do contato com uma cultura diversa à sua. Um fenômeno, porém, caracteriza todas as sociedades humanas: o estranhamento diante de costumes de outros povos e a avaliação de formas de vida distintas a partir dos elementos da sua própria cultura. (CARRARA, 2009, p. 24).

Diante da magnitude da diversidade cultural existente dentro da sala de aula, o professor deve ter claros os objetivos para conseguir que os alunos interajam entre eles, para que ocorra uma troca, tanto dos alunos entre si, quanto do professor com eles. Dessa forma, se faz necessário que o professor leve em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, entretanto filtrando quais desses conhecimentos são pertinentes para serem utilizados em sala de aula. Caso contrário, tal abordagem pode representar um entrave ao processo, haja vista que o aluno pode vir com uma predisposição para aprender sobre certos assuntos, principalmente aqueles que destoam do senso comum; logo, esse conhecimento deve ser mediado pelo professor, utilizando somente aquilo que pode ser proveitoso para o restante dos alunos.

Para melhor interação dos indivíduos nas salas de aula, deve ser focado um currículo escolar e uma pedagogia democrática, que deve primeiramente começar reconhecendo que os indivíduos são diferentes uns dos outros, que pensam e têm costumes diferentes, e que quando entram na escola já possuem um capital cultural, construído anteriormente. Cabe à escola reconhecer os conhecimentos prévios dos alunos e, a partir deles, traçar estratégias pedagógicas, no sentido de fundamentar o currículo no reconhecimento dessas diferenças, focando em um ensino que respeite a cultura de cada comunidade, bem como traçar um projeto pedagógico que atenda a todos sem exceção.

Pensando ainda no melhor engajamento dos alunos, é necessário que os educadores estabeleçam um trabalho diversificado nas salas de aula, que envolva atividades que podem ser em grupos, favorecendo assim a interação entre os alunos. Entendemos assim que diversificar não significa só formar grupos homogêneos e com as mesmas dificuldades, mas sim que a diversidade existente no grupo irá favorecer a troca de experiências e o crescimento de cada indivíduo, propiciando dessa forma que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes.

Na visão de Moreira e Candau (2003) construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil, e irá certamente requerer do professor a adoção de novas posturas, novos saberes, objetivos, conteúdos e estratégias, além de novas formas de avaliação. Será necessário que o docente se disponha e se capacite na reformulação tanto do currículo quanto

a sua prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados. Porém, essas mudanças podem não ser bem vistas pelo professor, pois a falta de recursos, a formação muitas vezes precária e as péssimas condições de trabalho, acabam por constituir entraves para que essas preocupações com a diversidade cultural se concretizem nas salas de aula; entretanto, é um problema que precisa ser pensado.

Alguns educadores ainda acreditam que o melhor a se fazer é “ficar em silêncio” diante das discriminações, uma vez que tratar delas na sala de aula seria como acordar preconceitos que estão adormecidos, provocando então um efeito contrário, aumentando ainda mais o preconceito quando essas situações acontecem. Teme-se que os alunos não encontrem outra alternativa a não ser se adaptarem àquele ambiente hostil, ou então responderem às agressões e serem tratados como alunos indisciplinados. Ao excluir as diversidades de orientação sexual, étnico-raciais, de gênero, entre outras, a escola acaba contribuindo para o aumento da discriminação sofrida por classes menos favorecidas.

Dessa maneira, se a escola simplesmente ignorar, ou agir como se não houvesse diferenças, ela estará aumentando e incentivando ainda mais o preconceito e a discriminação, tanto nas salas de aula, como fora delas; portanto, a escola precisa trazer esses problemas para serem discutidos dentro do seu âmbito. Por isso, Carrara (2009) defende que:

A desnaturalização das desigualdades exige um olhar transdisciplinar, que, em vez de colocar cada seguimento numa caixinha isolada, convoca as diferentes ciências, disciplinas e saberes para compreender a correlação entre essas formas de discriminação e construir formas igualmente transdisciplinares de enfrentá-las e de promover a igualdade. (CARRARA, 2009, p.28).

É no ambiente escolar que as crianças podem se dar conta da existência da diferença e que não precisamos temer ou ser indiferente às mesmas, pois é na escola que podemos construir e contribuir para que o nosso país seja um mais respeitoso e disseminador de sua cultura.

Logo, um dos principais propósitos da escola deve ser proporcionar uma educação pautada no reconhecimento das diferenças e na construção da igualdade, com objetivo de formar indivíduos atuantes na sociedade para que a mesma seja justa e democrática para todos. Sendo assim, a escola precisa priorizar o ensino e a aprendizagem sob o prisma de uma pedagogia pautada na democracia, que seja capaz de admitir existam existência das diferenças e valorizá-las, tendo em vista sempre a construção de uma nova sociedade, ajudando a

transformar os alunos em seres solidários, respeitosos e capazes de conviver em união.

Ou seja, trabalhar com vistas à superação de preconceitos, estereótipos e da discriminação, dentro e fora do ambiente escolar, almejando que cada indivíduo possa repensar suas ações, no sentido de valorizar o outro como igual, independente de sua raça, gênero, religião, orientação sexual ou classe social.

Considerações finais

Dado o exposto, um dos grandes desafios da escola e dos educadores atualmente, é estabelecer uma visão real da práxis pedagógica em relação à diversidade cultural, encarando-a como um meio de transformar a sala de aula em um ambiente de aprendizagem significativa para os alunos. Esse não é um processo simples, pelo contrário, irá exigir que a escola assuma uma postura de mudanças, recriando desde o planejamento curricular, a execução de novas estratégias, trabalhar em um novo currículo, preparar também os profissionais de educação, fazer parcerias com pais e comunidade, incluir projetos voltados para essa diversidade cultural em seu projeto político pedagógico, através da ação participativa de todos que estão envolvidos diretamente ou indiretamente com a escola.

Um dos papéis da escola frente a essa temática seria formar cidadãos conscientes e com pensamento crítico, capazes de julgar o que é melhor para ele e para a sociedade; e o principal, repetindo as individualidades dos outros, ou seja, um cidadão que exerça a cidadania plenamente.

Um dos fatores mais importantes para que essas culturas sejam valorizadas e evidenciadas é que todos os agentes atuantes dentro do chão da escola estejam inseridos e engajados na melhoria dessa problemática, combatendo também o racismo, a intolerância religiosa, a intolerância sexual e quebrando vários outros paradigmas impostos pelo senso comum.

São muitas as mudanças, porém necessárias, pois todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade, que respeite as suas singularidades, sem o desconforto causado pela sua inserção em um ambiente que, em princípio, favorece a um determinado público, pois a escola é de todos e para todos. Independentemente das diferenças de cada um, é um campo de trocas entre os alunos, que precisa ser moldado para atender melhor aos mesmos, dando suporte e apoio para que não sejam discriminados e expostos, sendo assim aceitos e

respeitados por todos.

Referências

ANDRADE, Marcelo (Org.). **A diferença que desafia a escola**. Quartet, 2009.

CANDAU, Vera, MOREIRA, Antonio. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, [online], n.23, pp. 156-168, 2003.

CANDAU, Vera. **Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas**. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.1, p. 65-82, jan/jun, 2009.

CANDAU, Vera. **Interculturalidade e educação escolar**. Anais do IX ENDIPE. São Paulo, pp. 178-188, 1998.

CANDAU, Vera. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2008.